



## ST2. EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

84

### MEMÓRIA POLÍTICA E POLÍTICA DE MEMÓRIA: A DITADURA MILITAR ENQUANTO UMA PRÁTICA CULTURAL DE RESISTÊNCIA.

*Marciane Silva Ambrosio Benício<sup>1</sup>*  
*Orientador: Gilbergues Santos Soares.*

**Resumo:** Este presente trabalho constitui em apresentar uma discursão pensando o conceito de patrimônio como um conjunto de práticas social, políticas e culturais construídas não só pelo o estado, mais pelos os mais variados e múltiplos agentes. Tendo como objetivo estabelecer um diálogo com a questão da política de preservação da memória durante o período da Ditadura Militar no Brasil. O embasamento teórico deste trabalho pode ser classificado como exploratório, pois busca esclarecer ideias e discursos que mostram uma visão difundida por uma determinada classe social. Quanto aos procedimentos de coleta tem um caráter bibliográfico, constituído a partir de análises contextuais, enfatizando o tema abordado. Tendo em vista que, a memória é um campo de disputas políticas, onde o embate entre a lembrança e o esquecimento estão sempre presentes e que há sempre um jogo de forças entre memória e o poder. E que o ato de escolher o que deve ser esquecido sempre acaba por construir um imaginário social que legitima e representa uma determinada classe ou discurso.

**Palavras-chave:** Memória. Ditadura Militar. Patrimônio.

### MEMORIA POLÍTICA NA DITADURA MILITAR

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angustia. (Jaques Le Goff).

Desta forma a memória é assim um fenômeno construído e essa construção pode ser em nível individual ou coletivo é resultado de um verdadeiro trabalho de seletividade e de organização. A memória é uma construção de sujeitos e grupos, e nesse sentido, tem um papel importante, pois reforça o sentimento de identidade cultural de um povo principalmente se pensarmos que esta “identidade” se produz em referência aos outros.

<sup>1</sup> Estudante: UEPB. E-mail: marcianeambrosio@hotmail.com

A memória também é vista como representação seletiva do passado ou "reconstrução do passado" e se constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Segundo Peter Burke (2000), a visão tradicional das relações entre a história e a memória se apresentava sob uma forma relativamente simples, no entanto, atualmente com os diversos acontecimentos a história e a memória passaram a se revelar cada vez mais complexas, ou seja, Tanto as histórias quanto as memórias não mais parecem ser objetivas, se apresentam como um mundo de possibilidades e dentre os diversos pontos que as distanciam.

Nessa perspectiva entende-se que a memória torna-se um elemento fundamental na construção da cidadania cultural de um país, estado, cidade e comunidade, pois é responsável por preservar e divulgar seus bens culturais e ainda mais porque “*A identidade cultural de um país, estado, cidade e comunidade se faz com a memória individual e coletiva*” BITECOURT, Circe 2012, p- 138.

Ainda mais porque a memória é indispensável para o esclarecimento de fatos, de vínculos mostrando as perdas, ganhos, mudanças e principalmente de sucessão de gerações diferenciadas. E no tempo-histórico como é o caso do espaço temporal de 1965-1985 em que houve um período diferenciado dos demais na historiografia brasileira.

Ao fazermos a história das repressões e da completa ausência dos direitos individuais ocorridos no período da ditadura militar isso nos proporciona fazer uso da memória como um recurso para o não esquecimento de acontecimentos importante da nossa história a qual influenciou e ainda influencia em nossas vivências e decisões.

A memória é um campo de disputas políticas, onde o embate entre lembrança e o esquecimento estão sempre presentes. A preservação da memória política da Ditadura Militar também deve ter uma função pedagógica, no sentido de ser pensada como uma lição para as próximas gerações, para que nunca mais venha a acontecer as atrocidades que aconteceram no passado. Sendo que, ao olhar o passado com os olhos críticos e atentos aos erros, poderemos encontrar o sentido da vida e viver em comunidade.

É pertinente mencionar que Muitos estudiosos do tema da memória política da Ditadura Militar na América Latina argumentam que este é o momento crucial para acertar as contas com o passado, olhando o que tem de escrito sobre o tema, os esquecidos e os silêncios que fizeram parte de nossa história. Desta forma, a História serve para nos interrogar sobre os absurdos do passado.

É nesse contexto que devemos questionar a atual política oficial de preservação da memória da ditadura no Brasil, através dos monumentos, comemorações, coleções, arquivos, museus, ruas, avenidas, Leis e Decretos. Esta política de preservação, tal como vem sendo estabelecida hoje pelos veículos oficiais, a qual revela uma precária inscrição dos sujeitos envolvidos.

Assim como há grande dificuldade no arquivamento dos documentos desse período. Tendo em vista que os arquivos do período da ditadura dependem muito mais de ações individuais (coleccionadores e próprio participante) do que de uma política governamental séria de preservação e arquivamentos.

Por isso cabe a nós interrogar esses documentos. Nesse sentido, a memória tem um papel importante, pois ela reforça o sentimento de pertencimento, de identidade principalmente, se pensarmos que a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros e que se faz por meio da negociação com o “outro”. Assim, memória e identidade são elementos negociados, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo, (governo ou privado).

Dessa forma, pensar a relação dessas memórias com o patrimônio dentro de uma concepção mais ampliada de patrimônio cultural o qual vem servindo como importante instrumento de luta pela garantia do direito à memória dos indivíduos atingidos pela Ditadura Militar e como lugar de difusão de valores democráticos e de cidadania colocados a serviço da sociedade, bem como de luta pelos direitos humanos, o direito de se preservar sua história ou melhor a história de sua pátria.

## A QUESTÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

Pensando a questão patrimonial no Brasil é importante compreendermos um pouco mais sobre esta temática, principalmente sobre a palavra patrimônio como mostra Alison Antonio;

A palavra patrimônio é de origem latina, derivada de *pater*, que significa *pai*, num sentido mais social do que a simples referência à paternidade física. É um conjunto de bens pertencentes ao pater, utilizada no sentido de herança, legado, isto é, aquilo que o pai deixa para os filhos, assim, patrimônio é o conjunto de bens de uma instituição, impresa, associação ou de pessoas. (2010, p- 90).

Segundo o autor o patrimônio era entendido muitas vezes como um legado deixado de pai para filho como bens, deveres e fazeres ou uma herança tanto material, imaterial ou ainda mais espiritual, ainda mais por que *Nomos*, significa *lei*.

A partir daí podemos entender o sentido de patrimônio hoje como um conceito mais amplo onde não se trata mais apenas de hereditariedade mais sim de um conceito mais amplo, pois é visto como um patrimônio histórico pensado como um bem coletivo de determinado grupo social com o objetivo de expressar uma dada visão ou memória. Desta forma a palavra patrimônio passou a ser visto em todo o mundo através de uma obra de arte, uma construção, como saberes dos mais variados povos ao longo do tempo, como explica, Alison Antonio;

“O patrimônio pode ser classificado como material e imaterial, arquitetônico, religioso ou sacro. Assim, constitui-se como tal as igrejas, palácios, fortes, chafarizes, pontes, escultura, pinturas, vestígios arqueológicos, paisagens, produção artesanal, coleções etnográficas, equipamentos industriais ou ainda, o que denominamos de patrimônio imaterial como: lendas, cantos, festas populares, e mais recentemente saberes e fazeres os mais diversos”. (2010 p- 91).

A partir deste breve histórico é importante observar a atuação das políticas públicas do estado brasileiro para a questão referente ao patrimônio. Tentando entender por que grande parte da população brasileira não é estigada a visitar, frequentar os locais públicos que em grande medida esta repleto de nossa memória histórica e em muitos casos eles nem reconhecem os bens preservado como seu.

Procurando aproximar tudo isso ao período da ditadura militar no Brasil é importante que venhamos a compreender que a preservação da memória política da ditadura militar do Brasil deve ser primeiramente vista como uma superação de trauma que ainda aflige indivíduos e grupos afetados pelas atrocidades do estado ditatorial. Um passo crucial a ser dado é a reparação moral e jurídica aos que viveram na que vivenciaram tudo aquilo.

O período Militar no Brasil deve nos auxiliar em buscarmos olhar para o presente e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa. Este é também o compromisso histórico da nação brasileira em relação às pessoas que foram postas à margem da história durante o Regime Militar. Olhar para o passado vivenciando o presente buscando melhorias o futuras analisando de forma mais critica dos fatos, conforme mostra Ecléa Bosi (1992):

“Quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos? Fica-nos a história oficial; em vez da envolvente trama tecida a nossa frente, só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado” (p.145-146).

Desta forma, Bosi, nos leva a pensar na lacuna deixada quando as testemunhas da história se vão, e mais ainda quando seus protagonistas se vão, dessa forma torna-se importante a constituição de memórias as quais venham fazer referência a acontecimentos e personagens de nossa história, demonstrando que a memória é essencial para compreendermos esses acontecimentos.

No Brasil existe uma grande lacuna cultural que é a inexistência de uma cultura própria, de identidade local, estadual e até mesmo nacional, partindo deste ponto surge a preocupação com a preservação dos monumentos e com o passado. Sendo importante destacar que esta “preocupação”, demorou para ser pensado no Brasil, pois só no início do século XIX é que a questão que trata do patrimônio cultural começou a ser discutida mais fortemente, isso graças as influencias das teorias iluministas francesas embasadas na razão.

Só com Mario de Andrade e Lucio Costa que esta discursão aflorou no Brasil, principalmente com a criação e o funcionamento da agencia nacional de proteção patrimonial como Carlos Lemos;

“... definia Mario de Andrade: entende-se por patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a

organismos sociais e a particulares nacionais, e a particulares estrangeiros residentes no Brasil” (1985, p-38).

A partir daí percebe-se uma certa inquietação em relação ao patrimônio artístico, urbanístico e cultural em nosso país. Contudo é notável que os assuntos referentes ao patrimônio vem se desenvolvendo ao longo do percurso histórico e cada vez mais ganhando um olhar atencioso, principalmente com o surgimento do SPHAN em janeiro de 1937. Sendo que Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o SPHAN era o órgão responsável pela definição de uma inédita política de preservação federal.

Após a constituição do SPHAN, o qual foi adotado como símbolo do patrimônio brasileiro começou-se a perceber que ele não mais abrangia todo o conceito de patrimônio cultural abrindo as portas para o surgimento do IPHAN, *Em 1970, o “SPHAN entrou em uma nova fase, mudou de direção e passou a denomina-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. Incorpora-se então as suas preocupações a ideia de turismo cultural (Elison Antonio 2010, 93).*

E Nessa perspectiva começa a alargar o leque de preocupações com as manifestações culturais e fazeres do povo brasileiro, sendo que o IPHAN não foi o único órgão criado na década de 1930 para tentar organizar e ampliar a participação do Estado na esfera cultural, nem o único setor da área da cultura que despertou o interesse estatal. Contudo, foi o órgão que respondeu de forma mais eficaz às demandas do executivo como bem menciona Falcão;

(...) o IPHAN, ao preservar o patrimônio histórico e artístico, deveria responder a pelo menos três desafios. Primeiro, ao desafio político de estimular e canalizar a participação social na preservação cultural. Segundo, ao desafio ideológico de identificar e forjar um ‘patrimônio cultural brasileiro’ (...). Finalmente, ao desafio administrativo de cunhar e consolidar uma estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente. (1984, p. 27)

Sua utilização positiva para o governo nas décadas anteriores lhe resultou o estatuto de ser considerado “... *hoje uma autarquia do governo brasileiro, vinculado ao Ministério da Cultura e responsável pela a preservação do acervo patrimonial do país*”. IPHAN. Gov. br.

É inegável que o conceito de patrimônio foi bastante ampliado durante o século passado, não só no país, mas no mundo, e que Mario de Andrade sempre buscou contribuir para a construção de uma identidade nacional em oposição àquela construída anteriormente, hoje o maior desafio diz respeito à compreensão de que a nação brasileira possui múltiplas identidades.

A preocupação com a diversidade que compõe a cultura nacional culminou, ao longo do século XX, com várias iniciativas organizadas pelo IPHAN e outras instituições culturais brasileiras voltadas para a construção não somente do patrimônio, mas também do sentido de pertencimento a ele relacionado.

## A DITADURA MILITAR NO BRASIL

A Ditadura Militar no Brasil foi em poucas palavras um regime autoritário que governou o país de 1º de abril de 1964 até 15 de março de 1985. Tudo se deu a partir de um golpe dado pelos militares muito conhecido como “golpe de 64”, quando as forças armadas derrubou o então presidente constitucional João Goulart e tomava o poder o Marechal Castelo Branco. Este golpe de estado, caracterizado por personagens diversificados, a ditadura militar, durou até a eleição de Tancredo Neves em 1985. Os militares na época justificaram o golpe, sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no país. Durante o período da Ditadura Militar governaram o país;

GOVERNO CASTELLO BRANCO (1964-1967);  
GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969);  
GOVERNO MEDICI (1969-1974);  
GOVERNO DA JUNTA MILITAR (31/8/1969-30/10/1969);  
GOVERNO GEISEL (1974-1979);  
GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985).

Sendo importante destacar que a Ditadura Militar no Brasil foi uma forma de governo em que o poder político era efetivamente controlado por militares que mandavam e desmandavam no País. Também era caracterizada pela falta de democracia, censura, repressão, perseguição política.

Outros problemas apareceram como a inflação é alta de preços, enquanto isso a oposição ganha terreno com o surgimento de novos partidos e com o fortalecimento dos sindicatos. Tudo isso foi fundamental para alimentarem ainda mais as revoltas e rebeliões em todo o país.

Foi um período que durou 21 anos obviamente o golpe não ocorreu de uma hora para outra, pois ocorriam fortes e duras disputas entre ideologias encabeçadas pelo os estados Unidos com o modelo capitalista e o socialismo da União Soviética (URSS).

O período ditatorial no Brasil foi marcado por uma onda de conflitos, movimentos, revoluções e reformas foi ainda uma época em que a população (sociedade) praticamente perderam todos os seus direitos como mostra Décio Gratti, “*O período das Ditadura Militar não permitiu que o Brasil desenvolvesse plenamente o processo de construção de uma sociedade de direitos, de uma sociedade liberal, nem em termos legais e sobretudo nem em termos reais*”. (2010, p-113).

Nessa direção podemos perceber grandes alterações no conceito de patrimônio cultural, pois, as pessoas não podiam nem tinham direitos sobre os bens públicos, nem ao menos poderiam expressar suas opiniões sobre as varias situações que assolaram este período tão conturbado no Brasil de 1964 a 1985.

Sendo importante mencionar que as memórias dos atingidos pela ditadura em termos de criação de espaços materiais, como monumentos, esculturas onde a patrimonialização, foi feito em grande medida, partir de ações individuais de alguns representantes do poder público e de algumas prefeituras juntamente com movimentos de luta contra tortura nascidos pós-ditadura e organizações de direitos humanos.

Essa discursão é de grande importância, pois nos ajuda a compreender a questão no Brasil, principalmente em um período onde a forma de governo era ditatorial repleto de tensões e conflitos tanto físico como psicológicos. Isso sem falar da discursão referente a educação naquele período que já sofria forte influencia da redemocratização política que vinha desde de 1945 e chegou em 64 trazendo consigo a divulgação das teses que buscavam democratizar a cultura por meio da erradicação do analfabetismo, sendo que o golpe do militar paralisando esse movimento que propunha o ensino para todos como demonstra Ana Lucia, (2009, p-17), “O golpe Militar de 1964 freou o crescimento dos movimentos populares em sua luta pela democratização do acesso ao saber, implantado novamente um modelo elitista”. Dificultando ainda mais o ensino e a valorização dos monumentos históricos no Brasil.

Desta forma a Ditadura Militar no Brasil foi um período histórico de grande importância para o país, pois neste período não havia apenas pontos negativos mais foi um momento em que o povo lutou pelos os seus direitos e descobriram suas forças seus valores, aprenderam que mais forte do que todas as articulações políticas é o seu desejo seu querer e poder e conseguiram mostrar tudo isso nas ruas um lugar de ajuntamento e de conquistas impares

## REFERÊNCIAS

ANTONIO, Elison Paim, “Lembranças, eu existo ”In; (org) Margarida Maria Dias de Oliveira; **Coleção explorando o ensino de História**. Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2010.

GATTI, Décio Junior, “Demandas sociais, formação de Cidades e Ensino de História”, IN; (org) Margarida Maria Dias de Oliveira; **Coleção explorando o ensino de História**. Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2010.

BOSI, Ecléa. Memória da Cidade: lembranças paulistanas. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (org.). **O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p.145-149.

ORIÁ, Ricardo “memoria e Ensino de História”, (Org) Circe Bittencourt; **O saber Histórico na Sala de Aula**; (org), São Paulo; Contexto, 2012.

LE MOS, Carlos, A.C. 1981; **O que é Patrimônio Histórico**/ Carlos A.C. Lemos. São Paulo: Brasiliense, 1985, (Coleção Primeiros Passos).

FALCÃO, J. A. Política Cultura e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, S. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984 pp.23-39

BURKE, Peter, “**A escrita da História- novas perspectivas**”. São Paulo; Editora UNESP, 1992

LANA, Ana Lucia, “Ensino de história e Experiência: O Tempo vivido”, Ana Lucia Lana. **O Ensino de História da educação no Brasil**; São Paulo; FTD, 2009.

INTERNET:

[http. www.iphan. gov. br](http://www.iphan.gov.br)

[http. www.wikipedia.org/wiki/patrim%25c3%...](http://www.wikipedia.org/wiki/patrim%25c3%...)